



FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE – FACES
CURSO DE PSICOLOGIA

A FAMÍLIA E O SUJEITO: UM PROCESSO DE CONSTRUÇÃO E INFLUÊNCIAS MÚTUAS

CRISTIANE ALVES BELING

BRASÍLIA-DF
DEZEMBRO/2008.

CRISTIANE ALVES BELING

**A FAMÍLIA E O SUJEITO: UM PROCESSO DE
CONSTRUÇÃO E INFLUÊNCIAS MÚTUAS**

Monografia apresentada ao Centro
Universitário de Brasília - UniCEUB como
requisito básico para obtenção do grau de
Psicólogo da Faculdade de Ciências da
Educação e Saúde. Professor-orientador:
Maurício da Silva Neubern.

Brasília-DF, dezembro/2008.



FACULDADE DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE – FACES
CURSO DE PSICOLOGIA

Esta monografia foi aprovada pela comissão examinadora composta por:

Prof. Maurício da Silva Neubern, Doutor em Psicologia Clínica

Prof^a. Valéria Mori, Mestre em Psicologia

Prof. José Bizerril Neto, Doutor em Antropologia

A Menção Final obtida foi:

Brasília-DF, Dezembro/2008.

À minha querida família,
com imenso amor e admiração,
por apoiar-me em todos os momentos,
libertando-me sempre para voar rumo ao crescimento.

AGRADECIMENTOS

Agradeço...

Primeiramente a Deus, por esse momento tão especial em minha vida e por toda a trajetória que me permitiu trilhar.

Aos meus queridos e admiráveis pais, sempre maravilhosos, pelo apoio, preocupação, incentivo e interesse; e por fazerem parte desse momento e estarem sempre presentes em minha vida. Agradeço por me ensinarem valores como a persistência, a paciência, o comprometimento, a dedicação e a força de vontade, que tanto me ajudaram na confecção deste trabalho.

Também em especial, à minha mãe, por sempre compartilhar seus conhecimentos e experiências profissionais comigo, e pela ajuda essencial nos momentos mais difíceis e cansativos. Tenha a certeza de que me espelharei em sua competência e postura profissional, as quais observo com muito orgulho!

À minha irmã e grande amiga, por toda a ajuda, conselhos, incentivo e apoio, agradeço com carinho.

Ao meu namorado, por ceder espaços de escuta, pela atenção e paciência, demonstrando um verdadeiro companheirismo, obrigada pela compreensão.

Agradeço também à Teresa, a quem costumo brincar dizendo ser um pouquinho terapeuta, amiga, e até um pouquinho mãe. Obrigada pela participação em meu crescimento pessoal e profissional, pelo apoio, interesse e pelas poucas mas sábias palavras. Não posso deixar de dizer que és meu segundo exemplo profissional!

À minha querida amiga Letícia, pelas gostosas conversas que permitiram-nos compartilhar momentos de alegria, ansiedade e tensão, bem como incentivos mútuos para a realização de nossas monografias.

A cada um dos professores do curso de psicologia, que com disposição e competência compartilharam seus conhecimentos, contribuindo essencialmente para meu desenvolvimento acadêmico e futuro profissional.

Ao meu orientador, professor Maurício Neubern, em especial, agradeço não apenas por se dispor a compartilhar seus conhecimentos, mas pelo apoio, incentivo, disposição e pelas críticas construtivas e tranquilidade transmitida nos momentos de maior ansiedade, que permitiram uma verdadeira orientação e auxiliaram-me na execução de um trabalho com melhor qualidade.

Por fim, agradeço a todos que, mesmo à distância, torceram pela minha conquista!

SUMÁRIO

Resumo	vii
Introdução	08
Capítulo 1: Família e Sujeito: Um Processo de Transformação	12
Capítulo 2: A Importância da Comunicação no Contexto Relacional	30
Capítulo 3: Transgeracionalidade: “Des-Encontro” de Gerações	40
Conclusão	51
Referências Bibliográficas	56

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo compreender a importância e influência da família na construção do sujeito, e deste na família, demonstrando que ambos compõem-se mutuamente. Dada a complexidade do tema, procurou-se inicialmente apresentar as diversas mudanças pelas quais a família tem passado em decorrência das contínuas transformações sociais, afetando, conseqüentemente, a formação de seus componentes, uma vez que as subjetividades sociais interferem e influenciam nas subjetividades individuais destes. Observou-se que, ainda que tais transformações venham refletindo nas atuais configurações familiares, permitindo que estas se estruturam sob uma múltipla variedade de arranjos, tal fato não é determinante na formação do sujeito, pois o importante é a qualidade das relações, o vínculo, a comunicação e a possibilidade de expressão dos afetos, no interior da família. Além disso, levantou-se a idéia de que o sujeito possui participação ativa em seu processo, sendo construído pelo meio, especialmente por sua família, mas também o construindo e construindo a si mesmo através de sua singularidade. Em seguida, discutiu-se o processo comunicativo, visto que este representa um dos principais fatores para a construção da subjetividade, e considerando-se que a família, principal contexto de desenvolvimento humano e grupo social primário dos sujeitos nela inseridos, constitui-se como um ambiente propício a tais interações e trocas sociais. Enfatizou-se a comunicação dialógica, demonstrando-se que o sujeito constrói seu conhecimento, sua realidade e sua própria identidade ou *self* no contexto relacional, a partir das narrativas que constrói nos espaços intersubjetivos do diálogo, as quais são constantemente co-criadas e reconstruídas. Neste sentido, percebeu-se que, do mesmo modo que a família, o sujeito também se encontra em permanente transformação, sendo que estas igualmente afetam e influenciam o contexto pelo qual ele próprio é afetado, pois a subjetividade apresenta um caráter circular e recursivo, de maneira que as subjetividades individuais também interferem e influenciam nas subjetividades sociais. Por fim, a comunicação foi levada a termos mais amplos, englobando-se o processo comunicativo entre as gerações familiares, e não apenas intra-familiar, por meio do fenômeno transgeracional. Observou-se que, apesar da forte presença que este mantém na vida dos integrantes familiares e na definição de seus papéis, os sentidos estão contínua e incessantemente sendo co-criados e as narrativas sendo re-interpretadas, de modo que sempre há espaço para escolhas e liberdade para a reapropriação e reconstrução da história de vida de cada um e da família, pois os sujeitos são ativos em seus processos. Dessa forma, concluiu-se que, ainda que família e sujeito não sejam plenamente responsáveis pela construção e formação recíprocas, ambos são extremamente importantes e indispensáveis em suas constituições mútuas.

Palavras-chave: subjetividade, comunicação, transgeracionalidade.

É consenso entre os diversos estudiosos do campo familiar a grande dificuldade encontrada ao se estudar a família, pois se trata de tema que interfere na própria realidade, nos sujeitos nela inseridos, e modifica-se de acordo com as transformações sócio-históricoculturais da sociedade na qual se presentifica, além de possivelmente configurar um sentido diferente para cada membro que nela existe, fatos estes que tornam difícil sua definição (Sarti, 2000; Simionato & Oliveira, 2003).

Acompanhando as rápidas e constantes mudanças sociais, a família vem desenhando um caminho de transformações que atualmente tem demonstrado-a como uma organização complexa e capaz de estruturar-se em uma numerosa variabilidade de arranjos (Sarti, 2000), sendo que, para alguns autores como Petrini (2005), essas novas estruturas acabaram com as hierarquias entre idade e gênero existentes na família, afetando os relacionamentos entre seus membros, enquanto para outros, como Vaitsman (1994), as hierarquias de idade e gênero entre os integrantes familiares continuam existindo.

Com o advento da ciência contemporânea, no decorrer do processo evolutivo das ciências, ainda em evolução, surge uma nova mentalidade a respeito dos pressupostos a serem utilizados, deixando-se de lado as concepções de uma ciência tradicional, na qual a natureza é compreendida por métodos observáveis e comprováveis, estando presentes a racionalidade, a objetividade, o determinismo e a linearidade causal, de modo que os fenômenos que ocorrem seguem um caráter de ordenação e imutabilidade, equilíbrio e simplicidade; e recorrendo-se a novas propostas, segundo as quais a natureza é compreendida com base em descrições de processos complexos e naturais, na qual os fenômenos adquirem características dinâmicas, imprevisíveis e incontroláveis, dando-se ênfase à subjetividade, à auto-referência e à reflexividade, sendo que tudo que ocorre dentro do sistema é singular e não existem leis universais capazes de explicar todos os fenômenos naturais (Vasconcellos, 1995).

Essas mudanças paradigmáticas afetam os estudos no campo familiar, trazendo divergências que podem ser encontradas ao se considerar autores que, numa visão mais voltada para a ciência tradicional, consideram que as famílias funcionam como organizações determinantes à construção e desenvolvimento do sujeito, desempenhando funções que se relacionam a sobrevivência e formação básica do mesmo (Osório, 1996, citado em Pratta & Santos, 2007); enquanto outros buscam se embasar em pensamentos predominantes da ciência contemporânea, nos quais a subjetividade entra em foco (Peres, 2005; Rey, 2003), apontando para um sujeito participativo e detentor de possibilidades e escolhas, tendo a família como suporte essencial e sistema influenciador que representa o principal ambiente para o desenrolar de seus processos.

Quanto à evolução do pensamento sistêmico, o impacto de seus conceitos nas ciências sociais foi também frequentemente visto como uma revolução paradigmática, sendo que em princípios da década de 50, conceitos de diferentes ciências sistêmicas foram introduzidos para o estudo das interações humanas e da comunicação. A teoria geral dos sistemas e a cibernética passaram a ser extremamente utilizadas por aqueles interessados nas relações entre sujeitos e grupos humanos, tornando-se, mais tarde, suporte teórico ao emergente campo da terapia familiar, o qual se voltava para a investigação das interações e da comunicação em relações estáveis e recorrentes, tendo havido, para estes desenvolvimentos, a participação fundamental de Gregory Bateson e seu grupo de Palo Alto. Os modelos sistêmicos-cibernéticos foram eixos centrais destes desenvolvimentos, e até inícios dos anos 80 os estudos tendiam para a interação e as estruturas familiares, de modo que a família e seus fenômenos, como a comunicação, eram estudados com base em uma ciência tradicional, num enfoque pragmático relativo à cibernética de primeira ordem (Haley, Jackson, Satir, citados em Foley, 1990; Watzlawick, Beavin e Jackson, 1967). Contudo, este foco em padrões interacionais e estruturas se expandiu na década de 80, passando a enfatizar os sistemas

humanos como sistemas lingüísticos, inserindo assim a transversalidade da significação, e a importância comunicacional na construção de sentidos, abrindo as fronteiras do sistema familiar e estudando seus processos segundo pressupostos de uma ciência pós-moderna, num enfoque hermenêutico e interpretativo vinculado à cibernética de segunda ordem (Grandesso, 2000; McNamee & Gergen, 1998; Schnitman, 1996; Vasconcellos, 1995).

Nesse caminho de avanços científicos, nota-se cada vez mais a importância dada às interações e ao aspecto relacional, uma vez que tudo faz parte de um sistema complexo, dinâmico e circular, na qual sujeito e família encontram-se inseridos.

Assim, usufruindo de todas as idéias e perspectivas apresentadas, o presente trabalho tem como objetivo demonstrar que sujeito e família influenciam-se mutuamente em suas construções. Para tanto, perpassa alguns dos processos fundamentais que os inter-relacionam, verificando que ambos compõem-se reciprocamente. A família encontra-se embutida em seus integrantes, bem como estes nela, de modo que, ao mesmo tempo em que o sujeito está em construção da sua família junto aos outros membros, está também construindo a si mesmo junto a sua família.

Nessa perspectiva, o capítulo 1 abordará a importância da família na formação básica do sujeito, sendo que, para tanto, entende ser necessário primeiramente compreendê-la enquanto instituição que varia de acordo com o contexto social, cultural, político e econômico. Dessa forma, a família será estudada em seu contexto histórico-evolutivo, a fim de se verificar as transformações sociais ocorridas, e de que maneira elas influenciaram na família, levando-a de um modelo hierárquico tradicional a uma diversificada possibilidade de arranjos. Por fim, a participação da família na construção da subjetividade de seus membros também será contemplada, demonstrando-se diversos aspectos que a permeiam e nos quais a família tem grande influência e contribuição.

Entendendo-se que a comunicação dialógica - que permite a expressão de sentimentos e emoções e não apenas a informação -, é um instrumento fundamental à constituição da subjetividade, de modo que a família enquanto espaço de trocas sociais a partir do processo comunicativo torna-se importante para o estudo desta, bem como para a sua construção (Rey, 1995, 1997, citado em Peres, 2005), o capítulo 2 estudará a comunicação e o diálogo sob diferentes perspectivas, visando considerar as contribuições trazidas pela pragmática, como as noções de circularidade, a não-linearidade e a ênfase sobre o aspecto relacional, e os avanços produzidos a partir da ótica hermenêutica e interpretativa, a qual enfatiza a importância do espaço dialógico intersubjetivo na construção dos sentidos, e, conseqüentemente, da realidade, do conhecimento e do próprio self.

Seguindo-se neste sentido, o capítulo 3 tratará da comunicação sob um enfoque mais amplo, que busque observá-la não apenas no interior de uma mesma geração, mas também em sua realidade intergeracional, retratando o fenômeno da transgeracionalidade por meio de versões que discursam sobre a transmissão de padrões rígidos de interação, que tendem a se repetir na história familiar, e ainda por vertentes que enfatizam a transmissão por meio de metáforas narrativas, as quais são constantemente reinterpretadas e, assim, demonstram que apesar de fortemente presente na vida de cada membro familiar, o fenômeno transgeracional permite a possibilidade de novas escolhas.

Capítulo 1

FAMÍLIA E SUJEITO: UM PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO

“Não é possível viver tempo demais...
no seio da família sem ameaçar a própria
saúde psíquica. A vida nos chama à independência”.
(Carl Jung)

O campo de estudos e pesquisas sobre a família é relativamente novo na área da psicologia, porém, no decorrer das últimas décadas vem ganhando cada vez mais destaque e atraindo novos olhares, diferenciados, por se tratar de tema de grande interesse, que desperta curiosidades e instiga polêmicas.

Diversos estudiosos do campo familiar, no entanto, apontam para as dificuldades particulares encontradas ao se estudá-la, uma vez que o assunto remete a uma realidade próxima, que envolve e mistura-se, muitas vezes, a aspectos da própria identidade pessoal, e muda conforme a época, a cultura e o contexto social em que se insere (Sarti, 2000; Simionato & Oliveira, 2003). Além disso, a rápida velocidade com que as mudanças sociais vêm ocorrendo, tem refletido nas relações internas da família, principalmente nas últimas décadas, de modo a torná-la um sistema complexo e subjetivo, dificultando a definição de seu conceito de forma objetiva (Simionato & Oliveira, 2003).

Do ponto de vista histórico e sociológico, o termo “família”, em sua origem, não se aplicava sequer aos cônjuges e filhos, remetendo-se somente aos escravos (Furtado, 2003). Segundo Engels (citado em Bilac, 2000), tal expressão romana, derivada de *famulus* (escravo), denota um conjunto de escravos pertencentes a um mesmo homem, e foi criada a fim de nomear um organismo social emergente, caracterizado pela presença de um chefe que mantinha sobre seu domínio mulher, filhos e escravos, possuindo direito inclusive sobre suas vidas. Nota-se então que o vocábulo trazia, em seu significado, um caráter hereditário, uma

vez que se configurava como algo que poderia ser repassado e transmitido por entre as gerações.

Ao que tudo indica, a proposta sobre a qual se embasou o surgimento da família em nada se aproxima das necessidades e simbolizações atuais envoltas sobre ela. Observa-se um caminho de transformações e reconstruções de significados de sua origem até os dias atuais, segundo o qual (Furtado, 2003) a família se fundamenta, em seu princípio, pelo desejo de defesa de seus patrimônios, domínio, poder, necessidades econômicas e de garantia das forças de trabalho, passando, com a chegada da modernidade, a buscar aspectos antes desconsiderados, como a afetividade, a individualidade e o respeito.

A partir daí, torna-se possível compreender a validade empregada à família enquanto célula social e refletir sobre as causas da atual fragilidade nas relações familiares, bem como os motivos que vem interferindo em sua estabilidade, uma vez que valores tradicionais rigidamente impostos à família por uma sociedade exigente, no passado, foram substituídos por valores idealizados, os quais comportam também a dimensão psíquica das necessidades individuais do sujeito. Assim, a modernidade, por meio de suas rápidas e intensas transformações sociais refletidas na instituição familiar, veio substituir valores responsáveis pela sustentação das alianças familiares, por novos valores, mais éticos, pautados na igualdade e nos direitos do outro, e não em relações de opressão, dependência e desigualdade (Furtado, 2003).

No decorrer da história, devido às constantes mudanças ocorridas, o termo família tem sido utilizado para referir-se a uma gama diferenciada de grupos sociais, em termos de sua estrutura e função. Tais grupos, por sua vez, apresentam os mais variados fatores de reprodução enquanto funções básicas e específicas que permitem designá-los como uma família, de modo que nem sempre o fator geracional manteve-se como necessário ou prioritário. Dessa forma, se por um lado a variabilidade de organizações familiares formadas e

sustentadas por diferentes embasamentos dificulta ou impossibilita a construção de um conceito geral de família, por outro, a utilização deste mesmo termo para abarcar a totalidade das formações previstas esconde as diferenças existentes entre elas, no que diz respeito aos aspectos sócio-histórico-culturais (Bilac, 2000).

Assim, segundo Pratta e Santos (2007), tem-se que na primeira metade do século XX, o modelo da família hierárquica ou tradicional predominava, caracterizando-se pela divisão do trabalho por gênero, de modo que os papéis desenvolvidos pelos cônjuges eram determinados social e culturalmente, sendo específicos e tornando-se naturalizados pela sociedade. Dessa forma, enquanto os homens tinham seu espaço de atuação definido no contexto externo ao lar, às mulheres era reservado o ambiente privado da vida familiar, e enquanto eles eram considerados os chefes da casa, detentores de autoridade e poder sobre todos os membros da família, sendo responsáveis pelo trabalho remunerado que visasse provê-la, elas eram vinculadas ao trabalho doméstico e ao cuidado e dedicação ao marido e filhos. Além disso, de acordo com os mesmos autores, nota-se dentro deste modelo familiar uma interação relacional assimétrica entre pais e filhos, marcada pelas diferenças entre as gerações e pela predominância do respeito e autoridade. A educação é pautada na moral religiosa, socialmente aceita, e no controle quanto ao cumprimento das normas sociais. A afetividade familiar naturaliza o amor materno, tornando a mãe responsável pela nutrição emocional dos filhos e por seus desenvolvimentos.

Já na segunda metade do século XX a família, enquanto reflexo da sociedade na qual se encontra inserida, inicia um processo de intensas transformações sociais, econômicas e trabalhistas, o qual permanece ainda nos dias atuais. Tais mudanças vêm balançar a estrutura e o modo de organização familiar tradicionais até então estabelecidos, e apresentam como fatores concorrentes, segundo Pratta e Santos (2007, pp. 248-249):

o processo de urbanização e industrialização, o avanço tecnológico, o incremento das demandas de cada fase do ciclo vital, a maior participação da mulher no mercado de trabalho, o aumento no número de separações e divórcios, a diminuição das famílias numerosas, o empobrecimento acelerado, a diminuição das taxas de mortalidade infantil e de natalidade, a elevação do nível de vida da população, as transformações nos modos de vida e nos comportamentos das pessoas, as novas concepções em relação ao casamento, as alterações na dinâmica dos papéis parentais e de gênero.

Esta numerosa variabilidade de fatores, dentre outros, contribuíram para a ocorrência de diversas mudanças no âmbito familiar, seja em termos de sua composição ou funcionamento, culminando em uma nova visão da família moderna, baseada no modelo igualitário. Esse modelo, por sua vez, vem propor uma relação mais simétrica no que diz respeito aos papéis e obrigações desempenhadas pelos membros do casal, a partir de uma perspectiva na qual ambos devem realizar tarefas domésticas e atribuições externas, além de participar do processo educativo e do cuidado com os filhos. Assim, deixam de existir espaços de atuação específicos para cada gênero, e a divisão e compartilhamento das tarefas avança em todos os setores da vida, permitindo que os papéis de homens e mulheres abandonem seu caráter naturalizado e que padrões conjugais e familiares culturalmente estabelecidos por uma sociedade tradicional se modifiquem (Pratta & Santos, 2007).

As mulheres passam a atuar no mercado de trabalho, em condições relativamente semelhantes a dos homens, almejando seu sucesso pessoal, que agora inclui a realização profissional. Enquanto ainda buscam conciliar a vida profissional e familiar, aos homens é ressaltada a importância de uma maior participação na vida afetiva dos filhos, bem como em seus processos de desenvolvimento. No relacionamento entre pais e filhos há a valorização do

diálogo, e a troca do autoritarismo pelo relacionamento aberto, de modo que a educação deve necessariamente estar vinculada à afetividade (Pratta & Santos, 2007).

Tais considerações levantadas remetem a algumas reflexões, visto que as múltiplas transformações sociais, conseqüentes na família enquanto uma de suas instituições, podem ser analisadas sobre diferentes pontos de vista. Por um lado as mudanças ocorridas foram capazes de apontar para a valorização dos anseios psíquicos individuais e para o reconhecimento da subjetividade, acentuando a importância do sujeito e do individual dentro da família. A partir daí passa a se destacar a importância da instituição familiar para o nível do sujeito, em termos de sua formação básica, uma vez que é nela que se dão as primeiras relações do sujeito e que ela pode influenciá-lo positiva ou negativamente. Assim também, o nível individual deve ser plenamente considerado dentro do grupo familiar, já que é igualmente capaz de afetá-lo, pois as interações constantes existentes entre tais níveis sugerem que toda e qualquer mudança ocorrida em um deles acarreta alterações para o outro.

Além disso, é por meio dessa série de transformações que vêm se produzindo que mulher e filhos alcançam o status de “sujeito”, e abandona-se a idéia naturalizada de uma hierarquização no sentido marido – esposa - e filhos, de modo que estes últimos passam a ser considerados em seus ideais e pensamentos, atingindo direitos e deveres mais éticos e igualitários. Neste sentido, não apenas a instituição familiar, mas a sociedade como um todo, liberta-se de diversas crenças, abrindo espaço para a tomada de consciência e para a reflexão crítica do que é certo ou errado, independente do que prega o senso comum, muitas vezes equivocado.

No entanto, observando-se por outro lado, essa rápida velocidade das transformações, traz consigo uma inconstância, que desencadeia uma fluidez permanente e compactua com sentimentos de incerteza e de perda de referencial. Isso é transportado para as próprias relações, exibindo um mundo onde as pessoas não sabem mais desenvolver

interações profundas e não possuem critérios definidos para seguir uma conduta, ainda que educativa. Nota-se então que, ao educar seus filhos, os pais tendem a cair em contradições e, eles próprios, se deparam com dúvidas e sentimentos de insegurança, pois não querem manter o antigo padrão de relacionamento no processo educativo de seus filhos, visto que o mesmo já não se encaixa diante as circunstâncias modernas, porém não encontram algo adequado para se sustentar.

De todo modo, é inegável que a diversidade de arranjos e rearranjos que a instituição familiar desenvolveu durante todo este tempo, enquanto possibilidade de adaptação às numerosas mudanças sociais que lhe foram impostas, demonstram a capacidade de dinamismo que ela apresenta, tornando um desafio o simples ato de tentar defini-la. Contudo, a importância dessa instituição faz com que ainda hoje se arrisque tal façanha, porém com certa flexibilidade, de maneira que os que tentam, dizem que “a família não é uma totalidade homogênea, mas um universo de relações diferenciadas, e as mudanças atingem de modo diverso cada uma destas relações e cada uma das partes da relação” (Sarti, 2000, p.39), ou ainda, que a família, desde os tempos antigos, representa um grupo social de organização complexa, que exerce forte influência sobre a vida das pessoas, e encontra-se submersa em um contexto social mais amplo, com o qual se relaciona constantemente (Biasoli-Alves, 2004, citado em Pratta & Santos, 2007).

Durante muito tempo, de fato, houve dificuldade de se romper com a identificação existente entre a idéia de família e da unidade biológica marido-mulher e filhos. Esta ruptura só foi alcançada com Lévi-Strauss, quando este enfatizou o sistema de parentesco¹ como um todo, retirando o foco da família biológica e dissociando a idéia de unidade biológica como unidade mínima do parentesco. Dessa forma, Lévi-Strauss desnaturaliza a idéia de família até

¹ “O parentesco é uma estrutura formal que resulta da combinação de três tipos de relações básicas: a relação de consangüinidade entre irmãos; a relação de descendência entre pai e filho e mãe e filho; e a relação de afinidade que se dá através do casamento. Esta é uma estrutura universal, e qualquer sociedade humana se forma pela combinação destas relações. A família é o grupo social concreto através do qual se realizam estes vínculos” (Sarti, 2000, p. 40).

então vigente, e apresenta os laços de parentesco como um fato social (e não natural), que envolvem tanto a consangüinidade e a descendência, quanto os laços de aliança. Para ele, a instituição familiar representa um fenômeno cultural que não se liga a natureza biológica do homem, mas fundamenta-se em sua natureza social, constituindo uma aliança entre grupos, que se sustenta por princípios de troca e reciprocidade. A aliança formada permite a expansão, em oposição ao isolamento trazido pela consangüinidade, e caracteriza uma forma de evitar confrontos (Sarti, 2000).

A partir dessas dissociações e pensamentos revolucionários trazidos por Lévi Strauss entre outros nomes importantes da história, e avanços trazidos por fenômenos histórico-sociais importantes, foi possível alcançar uma nova realidade familiar. Assim, de acordo com Gomes (1988, citado em Szymanski, 2000), um conceito de família que se adequa às práticas atuais vivenciadas no cotidiano, refere-se a “um grupo de pessoas, vivendo numa estrutura hierarquizada, que convive com a proposta de uma ligação afetiva duradoura, incluindo uma relação de cuidado entre os adultos e deles para com as crianças e idosos que aparecerem nesse contexto” (p. 26). Essa concepção torna-se bem mais propícia ao que se presencia nos dias atuais, visto que sugere que as ligações afetivas não precisam, necessariamente, caracterizar-se por um aspecto definitivo, além de proporcioná-las uma gama flexível quanto à possibilidade de arranjos. Assim também, elimina-se a especialização de funções, já que a relação de cuidado envolve a todos e sempre existe a possibilidade de reorganização da estrutura familiar.

Contudo, observa-se ainda hoje, que mesmo incabível diante a realidade atual vivenciada, a ideologia da família nuclear (pai, mãe e filho) é a que permanece viva no imaginário coletivo. Além disso, acrescenta-se a esta idealização, expectativas de que a família auxilie no desenvolvimento emocional da criança, produzindo “cuidados, proteção, aprendizado dos afetos, construção de identidades e vínculos relacionais de pertencimento,

capazes de promover melhor qualidade de vida a seus membros e efetiva inclusão social na comunidade e sociedade em que vivem” (Carvalho, 2000, p.13). No entanto, estas expectativas não constituem certezas absolutas, mas apenas possibilidades, uma vez que o atual contexto em que a família se insere é capaz de fortalecer ou esfacelar suas possibilidades e potencialidades. Diante disso, a família passa a ser vista como uma instituição capaz de gerar pessoas felizes, equilibradas, saudáveis e emocionalmente estáveis; ou desequilibradas, inseguras e com desvios de conduta (Carvalho, 2000; Szymanski, 2000). Esta visão, contudo, invalida o sujeito diante sua capacidade de realização e participação ativa em seus processos, promovendo-o como incompetente e esquecendo-se que a família apresenta-se como colaboradora essencial ao bom andamento dos mesmos, porém não se torna, de modo algum, a responsável exclusiva pela formação de quaisquer destes complexos aspectos que perpassam a subjetividade do sujeito, constituindo sua formação pessoal. A constituição da subjetividade do sujeito, bem como os mais variados aspectos que a permeiam, são extremamente complexos e dinâmicos, e ocorrem invariavelmente com a participação do mesmo, ainda que a família seja fundamental diante tal acontecimento, pois mesmo que não seja determinante no processo, influencia-o. O sujeito, contudo, possui participação, possibilidades e escolhas em tal construção.

Ao se enquadrar a família nuclear como referencial padrão, normatiza-se este modelo familiar, esquecendo-se a base histórica de sua construção, na qual a mesma carregava significados que faziam sentido no tempo em que fora criada e prevalecera. Essa normatização faz surgir uma nova categoria, das chamadas “famílias desestruturadas” ou “incompletas”, representada por todas aquelas que se mantinham afastadas da estrutura encontrada neste modelo-padrão de família. A partir daí, configura-se um discurso implícito que valoriza os moldes da família nuclear e defende-a como representante de um jeito “certo” de se viver, o que, indiretamente, denota qualidade de incompetência e inferioridade àquelas

que não vivem de acordo com essa realidade. Essas últimas, por sua vez, são responsabilizadas por problemas emocionais, desvios de comportamento e fracasso escolar que possam vir a aparecer em seus membros, segundo a crença, devido a sua estrutura diferenciada e desarmoniosa (Szymanski, 2000).

Observa-se, então, que a nova proposta de família não foi recebida positivamente, como uma escolha desejada, ou como representante de novas e diferenciadas alternativas menos rígidas e amarradas. Ao invés disso, as constituições familiares emergentes apareceram como imposições da vida, que acarretaram sentimentos de inadequação (Gomes, 1988, citado em Szymanski, 2000). Entretanto, esta visão felizmente caminha para esvair-se, já que as tendências apontam cada vez mais para o distanciamento de prescrições pré-estabelecidas (Szymanski, 2000). Afinal, como já ressaltava Poster (1981, citado em Szymanski, 2000), a história da família é descontínua, não-linear e não-homogênea, porém é formada por diferentes padrões familiares, cada qual com sua própria história e explicações.

Dessa forma, as diferentes estruturas familiares devem ser bem-vindas, pois desnaturalizar a família permite-nos compreendê-la como uma instituição em constante movimento, que se organiza de acordo com seu contexto sócio-cultural. A variabilidade encontrada nos grupos familiares demonstra fragilidade, mas, acima de tudo, uma grande riqueza de expressividade refletida nas inúmeras possibilidades que encontra para se posicionar no mundo, de modo a atingir suas necessidades e projetos (Afonso & Figueiras, 1995, citado em Carvalho, 2000).

Nota-se, no entanto, que mesmo com a numerosa possibilidade de arranjos familiares, nenhuma instituição ou sistema humano jamais foi capaz de neutralizar os sujeitos individuais, assim como nenhuma o é, pelo menos em sua totalidade, e ainda que se tente investir em sua domesticação (Rey, 2004). Assim, torna-se indispensável considerar o nível

micro, relativo ao sujeito, pois mesmo se tratando de um sistema mais amplo, como a família, ambos estarão sempre influenciando e constituindo um ao outro.

Nesta lógica, surge a demanda de se considerar, com igual relevância, o significado que a família possui para cada pessoa, visto que cada membro da instituição familiar constrói, certamente, sua própria configuração sobre esta organização social, a qual se alimenta de uma série de simbolismos, conteúdos e modos de emocionar-se que perpassam a vida do sujeito e guardam um sentido único, inerente a ele².

Quanto a esta condição, Mello (2000, p. 59) afirma que a psicanálise já demonstrou que a família, como um sistema de relações interiorizado, a família de cada um, pessoal e intransferível no seu conteúdo subjetivo, é construída por cada indivíduo, parte como fantasia, parte como relações interiorizadas e posteriormente projetadas no que se poderia denominar família real. Deste modo, ‘ela não é um simples objeto social compartilhado pelos respectivos membros’ (Flaing, citado em Mello, 2000, p. 59).

Simionato e Oliveira (2003, p. 1), por sua vez, relatam que “o conceito de família pode ser considerado até certo ponto subjetivo, pois depende de quem a define, do contexto social, político e familiar em que está inserido”.

Seja como for, o fato é que a família, apesar de todas as transformações e impactos pelos quais passou e ainda passa, continua a ser uma instituição reconhecidamente importante, tanto para a sociedade como um todo quanto para seus membros, pois prossegue na história de diferentes culturas exercendo seu papel social e desempenhando funções essenciais ao desenvolvimento de seus integrantes (Pratta & Santos, 2007). Além disso, a história da

² Sobre esta questão, González Rey (2005, p. 127) contribui com a idéia de sentido subjetivo, que corresponde a uma categoria por ele utilizada e definida como “a unidade inseparável dos processos simbólicos e as emoções num mesmo sistema, no qual a presença de um desses elementos evoca o outro, sem que seja absorvido pelo outro”.

família sugere a falta de veracidade existente na afirmativa de que tal organização está “desaparecendo”, pois é capaz de demonstrar que ela apenas caminha em sintonia às movimentações sociais percorridas pela sociedade de seu tempo. Por outro lado, o mesmo pode ser considerado no que se refere à relação existente entre a família e o sujeito nela inserido, uma vez que o ciclo de vida familiar caminha conforme o ciclo de vida individual de cada um de seus componentes, e vice-versa, de modo que ambos influenciam e afetam-se mutuamente. Assim, as famílias de um modo geral mudam e adaptam-se às circunstâncias históricas, ao passo que as famílias individuais, de um modo particular, igualmente o fazem quanto às diferentes exigências que enfrentam em seus estágios de desenvolvimento.

Dessa forma, a valorização da família se sustenta pela importância que ainda hoje mantém enquanto célula formadora da sociedade, principal local de desenvolvimento humano, de formação da individualidade e de constituição da identidade pessoal, de socialização e humanização e de acolhimento das necessidades básicas humanas, essenciais à vida, entendidas em seus aspectos biológicos, psíquicos, sociais e culturais; além de outros aspectos, que no decorrer dos tempos tornaram-se agravados ou atenuados na família, como a questão das trocas afetivas e da educação dos filhos (Furtado, 2003; Pratta & Santos, 2007).

Neste sentido a família existe enquanto um recurso útil em todas as esferas da vida individual do ser humano, sendo por ele representada como uma realidade simbólica na qual são vivenciadas experiências psicológicas e sociais, e transmitidas orientações culturais e éticas (Bronfenbrenner, 1996 e Winnicot, 1997, citados em Furtado, 2003). Além disso, o importante ao bom amadurecimento e formação pessoal do sujeito não é o tipo de modelo ou arranjo familiar no qual o mesmo se desenvolve, mas a qualidade das relações afetivas, o vínculo, a comunicação e a possibilidade de expressão dos sentimentos que a criança experiencia durante seu desenvolvimento, inserida em seu contexto familiar. Assim, Vygotsky (1996, citado em Peres, 2005, p. 318) considera que “o desenvolvimento

psicológico é, primeiro, da ordem do interpsicológico, isto é, que a constituição da subjetividade individual pelo sujeito, por ela constituído, implica a relação constitutiva eu-outro”. Do mesmo modo, diversos estudiosos assinalam a importância das relações sociais no início da constituição da consciência individual, salientando o papel da família no desenvolvimento da criança (Peres, 2005).

Dessa forma, levanta-se a idéia de que para existir é preciso estar em relação (Sartre, citado em Maheirie, 2002), entendendo-se, de acordo com González Rey (2005), que o sujeito é construído pelo social e simultaneamente o constrói, sendo que a partir do momento em que estabelece relações, cria sentidos e significados para o mundo e para si (Maheirie, 2002). Assim, a família se apresenta como uma instituição de extrema importância ao sujeito, pois enquanto primeiro grupo social com o qual a criança se relaciona, ela influenciará significativamente em sua formação pessoal e na construção de sua subjetividade³, de modo que, para González Rey (2004, p. 30), “A família é (...) um cenário permanente de produção subjetiva”. Esta produção, contudo, dá-se não de maneira determinista e linear, mas numa ótica da complexidade que considera a subjetividade como algo contraditório, complementar, multidimensional, processual, recursivo e dinâmico. Logo, de acordo com esta visão a subjetividade foge ao reducionismo, à compreensão determinista e linear, àquelas que a consideram equivalente ao psicológico e a qualquer compreensão que a relacione somente ao processo individual que exclua o social, pois, ao contrário, ela se constitui numa articulação constante entre o individual e o social (Martínez, 2005).

Segundo González Rey (2003), o sujeito, a subjetividade e a cultura encontram-se integrados, de modo que, para ele (2003, p. 78), “(...) a subjetividade não é algo que aparece somente no nível individual, mas que a própria cultura dentro da qual se constituiu o sujeito individual, e da qual também é constituinte, representa um sistema subjetivo, gerador de

³ A subjetividade é definida como “a organização dos processos de sentido e de significação que aparecem e se organizam de diferentes formas e em diferentes níveis no sujeito e na personalidade, assim como nos diferentes espaços sócias em que o sujeito atua” (González Rey, citado em Martínez, 2005, p. 15).

subjetividade”. Assim, os processos de sentido e significação sociais, que caracterizam cada um dos diferentes espaços sociais que os sujeitos compõem, não se apresentam como externos e opostos aos processos individuais destes sujeitos, mas como parte constitutiva dos processos dos mesmos, e que igualmente deles se constituem. Portanto, uma vez que as subjetividades social e individual constituem-se mutuamente, não se pode desvincular a subjetividade de um espaço social da subjetividade dos indivíduos que a compõem, e, da mesma forma, não se pode entender a constituição da subjetividade individual se a subjetividade dos espaços sociais que colaboram para a sua produção não forem considerados (Martínez, 2005). Neste sentido, observa-se que os membros de uma família podem ser fortemente influenciados pela subjetividade social desta, bem como ambos podem ser influenciados pela subjetividade social da cultura, enquanto espaço maior no qual se encontram inseridos. Porém, como a subjetividade é um fenômeno simultaneamente individual e social, a idéia de recursividade permite que também o percurso oposto aconteça. Assim, sujeito e família influenciam e são, ao mesmo tempo, constantemente influenciados pelo meio em que vivem.

A idéia de subjetividade social, ressalta-se, não está associada a algo externo ou fora do sujeito, mas corresponde a compreensão do sentido da ação deste baseado nos vários sentidos que o mesmo possui em decorrência de sua própria condição social, que se torna também a própria forma psicológica individual (Rey, 2007), pois, de acordo com González Rey, a subjetividade individual se inicia na subjetividade social, ao mesmo tempo em que a modifica, permitindo que novos processos de subjetividade social sejam formados. Assim, para este mesmo autor (2003, p. 205), a “(...) subjetividade individual, que passa por diferentes contextos sociais de subjetivação, se constitui dentro deles e, simultaneamente, atua como um elemento diferenciado do desenvolvimento dessa subjetividade social (...)”. Desse modo, a subjetividade, tanto social quanto individual, é um sistema em desenvolvimento e encontra-se em constante construção e desconstrução, apresentando-se como algo dinâmico,

instável e não universal, visto que a cada ação do sujeito surgem novas produções de sentidos que influenciam este complexo sistema no sentido de exigir reconfigurações, o que demonstra seu caráter processual.

A dinâmica altamente singularizada, complexa e diversificada da subjetividade, destaca a importância do sujeito nesta perspectiva, pois não há como estabelecer uma relação determinista e linear entre certas influências e suas conseqüências na constituição da subjetividade, uma vez que a produção e configuração dos sentidos subjetivos se dão a partir de múltiplos elementos, processos e condições (Martínez, 2005). Dessa forma, a padronização e a previsibilidade tornam-se impossíveis, pois as configurações subjetivas compõem uma forma única de acordo com a produção de sentido singular de cada sujeito, sendo que a produção de sentidos subjetivos no momento em que o sujeito se encontra, dependerá daqueles advindos de sua história e da diversidade dos contextos atuais de sua vida, isto é, dos sentidos que aparecem no percurso de sua ação. Portanto, as configurações de sentidos da personalidade, do modo como se apresentam no devido momento da ação do sujeito, não ditam os sentidos e reconfigurações a serem produzidos, pois se apresentam apenas como mais um dos elementos constituintes deste complexo processo, no qual o sujeito está sempre atuando e se posicionando de forma ativa, no curso de suas diversas atividades (Rey, 2005).

Diante dessas considerações, pode-se atentar para o fato de que a relação entre a família e seus membros não se dá de forma linear e mecânica, mas de maneira que, ao mesmo tempo em que esta os influencia, eles constroem sua trajetória singular (Rey, citado em Peres, 2005). Assim, há a intervenção do meio na formação do sujeito, porém este “(...) define seu processo de desenvolvimento com a sua atuação” (Peres, 2005, p. 313). O sujeito é produto do meio sociocultural e ao mesmo tempo o produz através das instituições sociais que constitui, as quais influencia com sua singularidade atuante.

A família é relevante aos seus membros por representar a fonte contextual de seus desenvolvimentos. Enquanto grupo social primário, por meio das inter-relações que estabelece entre seus integrantes, ela se torna importante na educação e formação afetiva de seus componentes, uma vez que a criança só aprende a expressar seus sentidos e emoções a partir do momento em que os recebe (Rey, 2004), e que a família oferece afeto, apoio, continência e favorece trocas afetivas com pessoas significativas nas primeiras relações interpessoais da criança inserida neste contexto.

Do mesmo modo, é no âmbito familiar e através das primeiras relações que ali se desenrolam que o sujeito tem a possibilidade de vivenciar as mais diversas experiências humanas, por meio das quais é capaz de elaborar seu processo de humanização e desenvolver suas habilidades de simbolização, tornando-se apto a construir uma visão de si mesmo e do mundo ao seu redor e atribuir significado às suas vivências pessoais (Furtado, 2003). Dessa forma, a família apresenta uma atuação relevante na constituição de seus membros, sendo importante na organização da personalidade dos mesmos (Pratta & Santos, 2007), na formação da individualidade e da individuação destes e na construção de suas identidades (Furtado, 2003).

A individualidade e a individuação, por sua vez, são entendidas por Jung (1991, citado em Furtado, 2003) de forma diferenciada, sendo a primeira compreendida como “a peculiaridade e a singularidade do indivíduo em todos os seus aspectos psicológicos..., tudo aquilo que de fato pertence somente a um indivíduo e não a um grande grupo de indivíduos” (p.4), enquanto a segunda “é o processo de formação e particularização do ser individual e, em especial, é o desenvolvimento do indivíduo psicológico como ser distinto do conjunto, da psicologia coletiva. É, portanto, um processo de diferenciação que objetiva o desenvolvimento da personalidade individual” (p.4), ou ainda, “a separação e diferenciação do geral e formação do peculiar (...)” (p.5). Assim, a individuação segundo Jung (1991, citado

em Furtado, 2003), representa uma necessidade natural cuja repressão poderia trazer malefícios para a atividade vital do sujeito, já que constitui a meta de qualquer indivíduo.

O bom desenvolvimento das particularidades de cada um, estimula a capacidade de atuação criativa e inovadora, o senso crítico e a atitude consciente de sujeito atuante, e não alienado; os quais são cada vez mais exigidos pela sociedade atual, onde já não basta ser apenas flexível e adaptado ao “padrão” estabelecido pela maioria. Assim, uma vez que o contexto familiar contribui significativamente para o desenvolvimento potencial das tendências e habilidades peculiares a cada membro, agrava-se a necessidade de reflexão sobre a importância da família para a formação de seus integrantes.

Além disso, observa-se que, se os processos subjetivos e individuais, mas também aqueles que aguçam as necessidades próprias do homem de se socializar, pertencer e se identificar a uma massa, forem adequadamente amadurecidos por seus indivíduos, permitirão que estes se misturem saudavelmente ao grupo, sem neutralizar seus aspectos pessoais, porém facilitando uma boa condução de seus processos coletivos, os quais possibilitam trocas nos mais diversos níveis interacionais.

Quanto a este aspecto de socialização, a família também contribui, pois sendo o primeiro grupo social do qual o sujeito participa, ela realiza o processo de socialização primária de seus membros, estruturando e delimitando as relações estabelecidas entre as diferentes gerações, e favorecendo a acomodação de seus integrantes à convivência em sociedade. Dessa forma, é considerada como a célula essencial e fundadora da sociedade, e elemento básico da interação social e da organização humana, perseverando no caminhar da história enquanto matriz do processo civilizatório e condição para a humanização e socialização dos homens (Levi-Strauss, 1967 e Malinowsky, 1973, citados em Furtado, 2003; Pratta & Santos, 2007).

Assim também, a família assegura continuidade à cultura da sociedade na qual se insere (Minuchin, 1982), servindo como representante de um modelo ou padrão cultural diferenciado de acordo com cada sociedade, que se apresenta a seus integrantes buscando transmitir-lhes tal cultura, bem como prepará-los para o exercício da cidadania (Pratta & Santos, 2007). Assim, a partir deste processo socializador, o sujeito irá introjetar valores, normas, crenças, modelos e padrões de conduta necessários para sua boa atuação na sociedade, além de desenvolver sua identidade e subjetividade. Do mesmo modo, tais valores adquiridos permanecerão por toda a vida do indivíduo embasando suas ações e dando sentido às suas relações interpessoais, demonstrando a eterna ligação e influência que a família exerce na vida dos sujeitos que a compõem (Pratta & Santos, 2007).

Finalmente, levando-se em consideração todos os aspectos que foram levantados, observa-se que a instituição familiar muda apenas como meio de se adaptar as mudanças primeiramente ocorridas na sociedade, mas permanecerá para sempre, não importando o quanto necessite se transformar, pois ela representa a unidade humana mais bem ajustada às sociedades rapidamente mutáveis. Além disso, as dificuldades normalmente encontradas em tais momentos de transição tornam o papel psicossocial da família, de amparo e sustentação a seus membros, ainda mais importante, já que somente o grupo familiar, menor elemento representativo da sociedade, é capaz de mudar e, ainda assim, preservar uma constância que mobilize um sentimento de estabilidade e enraizamento em seus componentes, o suficiente para que eles se desenvolvam e se adaptem saudavelmente (Minuchin, 1982).

Por fim, faz-se necessário compreender os processos de comunicação e as relações interpessoais presentes no âmbito intrafamiliar ou mesmo nos níveis transgeracionais, visto que é a partir desses fatores que se configura a complexa e invisível atmosfera responsável pela estrutura e por toda a lógica que dita as regras do funcionamento familiar, bem como as

influências que o sujeito individual recebe desse sistema, o sentido que dá a estas influências e a maneira como internaliza dever se comportar ou influenciar o dinamismo desse sistema.

Capítulo 2

A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO NO CONTEXTO RELACIONAL

“Somos vozes num coro que transforma a vida vivida em vida narrada e depois devolve a narração à vida, não para refletir a via, e sim, mais corretamente, para agregar-lhe algo; não uma cópia, mas uma nova dimensão; para agregar com cada novela algo novo, algo mais, à vida”.
(Carlos Fuentes)

Abordar o processo comunicativo e seus atributos ou fatores relacionados representa um quesito fundamental quando se deseja tratar de questões complexas buscando um olhar que enfoque tanto a família como um todo, quanto o sujeito nela inserido. A comunicação simboliza o aspecto fundamental que permite conectar o sujeito ao que lhe é externo, possibilitando que ele interaja no meio em que vive sendo capaz de captar conteúdos advindos do mesmo, mas principalmente abrindo possibilidades para que ele presentifique seus conteúdos internos. O processo comunicativo permite a fascinante ligação entre o que é individual e aquilo que opera a nível interpessoal e relacional.

Para alguns autores (da primeira cibernética), é através da comunicação que se torna possível levar a termo sistêmico todo e qualquer conteúdo individual, bem como é por meio dela que se permite a cada membro familiar compreender os conteúdos que pelo sistema lhes são enviados. Isso porque, no que diz respeito a este segundo tipo de direcionamento, da família ao sujeito, sabe-se que cada família constrói sua própria comunicação, a qual se consolida num território comum aos membros, onde se criam e florescem códigos e simbologias particulares a unidade familiar, com base nos quais todos os conteúdos lançados serão interpretados. Dessa forma, os integrantes do sistema são capazes de perceber adequadamente que conteúdos estão sendo transmitidos dentro do sistema familiar e quais constituem suas verdadeiras intenções e significados, podendo assim compreender quais as necessidades, expectativas e papéis que são esperados de si pelo sistema.

Destaca-se então a importância do fenômeno comunicativo, pois este, se considerado enquanto diálogo, representa um dos processos mais eficientes na tentativa de se considerar o intrapsíquico e o interpessoal, podendo buscar englobar o que se passa dentro da pessoa, entre ela e os demais membros familiares e nos padrões psicossociais da família como um todo. É por intermédio deste processo que os mais diversos aspectos compositores da atmosfera familiar podem ser tocados, uma vez que ele permite estabelecer relações que, por sua vez, revelam como se dão as interações intrafamiliares; que idealizações se faz do grupo familiar como um todo; quais as expectativas que se constrói diante cada membro da organização e que papéis espera-se que cada um desenvolva; quais as crenças, normas, regras, valores, tabus e segredos que por meio dos ditos ou não ditos essa instituição comporta; e, ainda, como se estabelecem as relações de influência, autoridade e poder, ou como se transmitem os padrões interacionais repetitivos dentro da família.

O ser humano, enquanto ser social, desde que nasce é lançado em um mundo de interações onde, por meio da comunicação, estabelece relacionamentos que se iniciam no meio familiar e posteriormente se estendem aos demais meios sociais, proporcionando, a partir das trocas interacionais, que o sujeito se constitua, estruture e identifique, desenvolvendo sua subjetividade e estimulando sua individuação e formação pessoal.

A comunicação representa uma condição para que as interações ocorram (Borelli, 2005) e encontra-se estreitamente ligada às relações sociais (Consoni, 2008), uma vez que, numa perspectiva pragmática, não implica apenas em transmissão de informações e conteúdos, mas principalmente a definição do relacionamento entre aqueles que a utilizam (Cervený, 2000), sendo este em grande parte determinado pelo modo como as informações são colocadas, e não pelo quê é colocado (Foley, 1990).

Considerando-se o potencial biológico, todo ser humano se comunica, podendo ocorrer por meio verbal ou não-verbal, através da fala ou pelas expressões corporais. Assim, a

impossibilidade de não se comunicar, que segue uma premissa pragmática, denota a importância do fenômeno comunicacional, de modo que mesmo o silêncio ou o isolamento e a tentativa de não se comunicar representam uma comunicação (Foley, 1990). Neste sentido, e levando-se em conta o olhar de Palo Alto de que “todo o comportamento na presença de outra pessoa é comunicação” (Mattelart, 2000, citado em Borelli, 2005, p. 82), Watzlawick, Beavin e Jackson (1967), afirmam que comunicação e comportamento são sinônimos, sendo que todo e qualquer comportamento, e não apenas a fala, pode ser encarado como comunicação, e que toda comunicação afeta o comportamento.

Existe, no entanto, uma grande dificuldade em se conceituar comunicação, pois esta é freqüentemente compreendida e relacionada apenas à transmissão de informações, que são passadas de um locutor para seu ouvinte (Borelli, 2005). Wittezaele (1998, citado em Elkaim, 1998), contudo, afirma que o processo comunicacional não pode ser considerado uma simples troca de dados, pois ao receber a informação do meio, o sujeito a processa, ou seja, decodifica, estrutura e organiza-a em seu contato com o ambiente.

Neste sentido, deve-se considerar as contribuições advindas da abordagem de Palo Alto, que buscou compreender a comunicação sob um enfoque amplo e que valorizasse o caráter simbólico do processo comunicativo, pois acreditavam que, ao contrário do proposto pelo modelo mecanicista da época, a comunicação ultrapassa o simples processo linear e funcional de transmissão de informações de um sujeito para outro, uma vez que as interações sociais são marcadas pela complexidade constitutiva dos sujeitos comunicantes. Dessa forma, os estudiosos dessa abordagem entendiam a comunicação como um processo relacional, em que todos os sujeitos envolvidos participam e apresentam-se como parte constitutiva do ato comunicativo, não se reduzindo a meros emissores ou receptores que apenas executam uma função pré-determinada (Borelli, 2005). Assim,

(...) concebe-se que a ação social não pode ser vista como um ato mecânico, de cumprimento de metas, pois está impregnada de sentidos. A ação vista apenas como um fim deixa de fora movimentos simbólicos (subjetividades, ideologias, anseios, expectativas, etc) que são construídos no processo e isso pode acarretar num esvaziamento das subjetividades constitutivas das relações sócias (Borelli, 2005, p. 82).

Nesta visão pragmática, a comunicação não se constitui como um ato individual, puramente cognitivo, que se constrói na singularidade do sujeito, mas só se realiza a partir de uma rede de múltiplas relações entre os sujeitos, nas quais inúmeros sentidos são produzidos. Assim, pode-se relacionar o processo comunicativo a um jogo de relações que se desenrola em vários níveis, numa interação não-linear, mas assimétrica, em que diversos integrantes participam, estabelecendo vínculos e estratégias, e desenvolvendo permanentemente relações necessárias para que se constituam enquanto sujeitos que possuem identidade, biografia, valores, expectativas e desejos próprios (Borelli, 2005).

A comunicação é compreendida como um processo plural que constantemente produz novas significações e sentidos a partir de seus jogos interacionais, e, na perspectiva de Palo Alto, está presente em qualquer lugar ou atividade da vida cotidiana, conectando as pessoas através de interações que criam relacionamentos. Segundo Borelli (2005), o fenômeno comunicacional encontra-se em permanente construção, pois se realiza em diversos contextos sociais, que apresentam culturas diferenciadas, as quais permeiam as interações através dos significados que demonstram implícita ou explicitamente serem aceitos, mas que, contudo, não impedem que os comunicantes produzam uma variedade de novos sentidos.

Este mesmo autor afirma que Bateson e os estudiosos da pragmática reconheciam a comunicação como um processo complexo porque não permite que se tenha controle sobre os outros, nem mesmo sobre o que é dito, pois não se concebe como um ato completamente

consciente, que se manifesta sempre da forma esperada, mas possui aspectos inconscientes. Neste sentido, Watzlawick, Beavin e Jackson (1967) acrescentam que o processo comunicativo não ocorre apenas quando é intencional, consciente ou bem-sucedido em sua compreensão mútua, pois a similaridade entre a mensagem enviada e recebida requer uma avaliação de aspectos mais profundos e subjetivos, que influenciam o processo. Assim, a idéia de não-controle sobre o que se diz, pode ser entendida ao se considerar que as regras de percepção costumam ser alteradas pelo modo como certa pessoa recebe uma mensagem (Borelli, 2005).

As relações interpessoais são perpassadas pelos aspectos que diferenciam os sujeitos, formando suas singularidades. Dessa forma, na concepção pragmática da cibernética de primeira ordem, tanto a dinâmica intrapessoal ou psíquica, que considera os pensamentos, sentimentos e demais conteúdos subjetivos da pessoa, quanto à interpessoal, que inclui o tipo de relacionamento existente, além do contexto e suas condições circunstâncias, são levados em conta no processo comunicativo e encontram-se sempre interligados, no sentido em que afetam e influenciam o modo como a pessoa se comporta - e, conseqüentemente, se comunica - com os outros, como é vista pelos mesmos e incumbida a determinados papéis, diante dessa imagem que passa. De acordo com Jones (1999), a escolha de uma dentre as várias reações comunicativas será influenciada pelo modo como a relação entre o emissor e o receptor é encarada, além de outras experiências relacionais, de modo que os comportamentos comunicativos podem até ser previsíveis, mas jamais assegurados.

Apesar das contribuições trazidas à teoria sistêmica pela visão pragmática de uma cibernética de primeira ordem, nela podem ser encontradas limitações, ao se considerar que não é capaz de englobar aspectos como a auto-referência e a auto-organização, bem como visões mais complexas como a dinâmica existente no processo de construção da realidade, do conhecimento e do self. Esta cibernética surgiu no final da década de 40, inicialmente

vinculada às máquinas e às ciências da automação e computação, num momento em que o enfoque científico voltava-se para a energia e matéria, observando aspectos como a informação e a organização. Assim, tal teoria preocupava-se com as relações entre os elementos, a maneira como estes se organizam para agir e os meios que utilizam para alcançar suas metas, apesar das perturbações e dificuldades; de modo que o interesse recaía não sobre os próprios elementos, mas sobre suas características organizacionais. Neste sentido, os pressupostos baseavam-se em idéias de linearidade, determinação, ordem, organização, equilíbrio, estabilidade, simplicidade, objetividade e neutralidade. Contudo, a partir do momento em que tais concepções passaram a estender-se para os sistemas vivos, humanos, biológicos e sociais, depararam-se com problemas e limitações, pois se verificou que nas máquinas vivas e antropossociais há espontaneidade no agrupamento, regulação e organização; capacidade para existir e funcionar na desordem; preconcepção; reprodução e criação. Assim, a perspectiva pragmática da comunicação perde espaço no avanço das novas idéias emergentes, sendo considerada mecanicista e reducionista, e mantendo-se restrita à simplificação, redução e manipulação, dando lugar a uma nova cibernética, de segunda ordem. Esta, por sua vez, inicia-se a partir da década de 70 e embasa-se em características que consideram a não-linearidade, circularidade, recursividade, indeterminação, desordem, crise, desorganização, instabilidade, aleatoriedade, auto-organização, complexidade, e a subjetividade com a participação do observador na construção da realidade (Vasconcellos, 1995).

Além disso, sustenta-se a idéia de que há diferenças entre comunicação e diálogo. Enquanto a comunicação, de fato, implica em informação; o diálogo centra-se na construção e compartilhamento de sentidos. Portanto, a comunicação passa a ser vista como um componente do diálogo, de modo que todo diálogo envolve comunicação, mas nem sempre esta o contém, pois para que haja diálogo deve haver um interesse genuíno pelo que o outro

relata. Logo, o diálogo implica sempre em profundidade, ao contrário da comunicação, que pode ser superficial.

Neste novo referencial cibernético, mais adaptado às condições requeridas por um mundo pós-moderno, apresenta-se um posicionamento mais hermenêutico e interpretativo, substituindo os círculos de feedback dos sistemas cibernéticos de primeira ordem pelos círculos intersubjetivos do diálogo, numa visão onde os seres humanos não se definem como simples máquinas de processamento de informações, mas sim, enquanto seres geradores de sentidos (Hoffman, 1998). Tal paradigma enfatiza os sentidos e suas construções, entendendo que os sistemas humanos possuem um potencial criador de linguagens e, ao mesmo tempo, de sentidos. Também considera que os sentidos e as compreensões se constroem socialmente pelas pessoas no uso da linguagem, por meio dos atos comunicativos desenvolvidos nas interações, de forma que os mesmos passam a ser uma função do relacionamento entre comunicantes. Assim, os sentidos advindos de cada sujeito que interage, influenciam-se mutuamente, convertendo-se em subprodutos de um novo sentido compartilhado e produzido dialogicamente, o qual existirá apenas no instante da conversação, já que esta prossegue desenrolando-se ao longo do tempo (Anderson & Goolishian, 1998).

A concepção hermenêutica considera que falar sobre a linguagem significa falar sobre os sentidos e significados que remetem a experiência subjetiva de cada pessoa, uma vez que as palavras têm diferentes significados para diferentes pessoas em diferentes contextos. Assim sendo, defende que a criação dos sentidos e significados das experiências pessoais ocorre dialogicamente, sempre num processo contínuo e incessante, na medida em que são vivenciados pelos sujeitos, de modo que as ações humanas acontecem em uma realidade criada pelas narrativas surgidas no intercambio social mediado pela linguagem, as quais conferem, elas próprias, sentido e organização à experiência subjetiva e pessoal (Anderson & Goolishian, 1998; Hoffman, 1998). Neste sentido, introduz-se a idéia de que o

comportamento desenvolve-se com base nos processos cognitivos e simbólicos dos sujeitos que o emitem, de forma que não respondem simplesmente ao que os outros fazem, mas aos sentidos que aquele que os executa atribui a seu próprio comportamento e aos comportamentos dos demais. Dessa forma, as pessoas observam nas narrativas dialógicas sua capacidade ou não de agir socialmente, já que são estas que as trarão a percepção de competência ou não para fazê-lo (Fruggeri, 1998).

Conforme aponta Andersen (1998), o novo modelo cibernético considera que os sujeitos mantêm um relacionamento com a vida baseado em suas percepções, descrições e entendimentos do mundo, de modo que, de fato, não se relacionam com a vida em si, mas com as compreensões que fazem dela, num processo em que atuam participativamente. Para estes mesmos autores a realidade é construída socialmente pelas pessoas, através das conversações que as permitem constante e ininterruptamente co-desenvolver novos sentidos, novas realidades e novas narrativas, opondo-se a uma verdade única, mas revelando a singularidade da verdade narrativa de cada um, ou, em outras palavras, sua realidade instantânea, de modo que existem tantas versões de um fato quantos forem os sujeitos que o compreenderem, uma vez que “a imagem do mundo que carregamos não é a réplica direta do mundo lá fora” (Diniz, 2007, p. 65). Neste sentido Pearce (1996) acrescenta que, ao contrário da visão cibernética de primeira ordem, a linguagem não representa o mundo humano, mas o constrói, de modo que na perspectiva hermenêutica a comunicação ganha uma importância que a leva a primeiro plano, deixando de ser um simples processo de condução de mensagens, pois segundo este novo ponto de vista “dizer como algo se chama não é simplesmente nomeá-lo ou falar sobre isso: é, num sentido muito real, *convocá-lo a ser* como foi nomeado” (p. 176).

De fato, a compreensão da realidade pelo sujeito, encontra-se vinculada e limitada pelos mapas e crenças pessoais, gerados a partir das narrativas dialógicas, e que o possibilitam

enxergar apenas o que for permitido por seus pontos de vista. Este reconhecimento da plena participação do ser humano em seus processos de formação e relação com o mundo, através da comunicação, demonstra-se essencial para a libertação de uma visão reducionista. A partir daí, enfoca-se a utilização da auto-referência, na qual o observador insere-se na observação que realiza, pois ao descrevê-las, descreve também a si próprio, de modo que sempre há influências pessoais interferindo nos processos. Assim, de acordo com a posição hermenêutica e interpretativa, também o conhecimento passa a ser compreendido como uma construção social, gerado no espaço comunicativo das inter-relações, e permanentemente emergindo como um processo auto-referenciado, modificando-se e renovando-se a cada momento de interação (Fruggeri, 1998). Ele serve para organizar o mundo experiencial do sujeito, uma vez que os significados não existem *a priori*, nem representam propriedades da mente humana ou do mundo, mas emergem do diálogo entre comunicantes, sendo co-criados (Grandesso, 2000).

Além disso, a base dialógica e interpretativa que embasa a cibernética de segunda ordem aponta para um *self* em constante mudança, uma vez que as pessoas vivem nas e através das identidades narrativas que desenvolvem em conversações permanentes com os que lhe são próximos (Anderson & Goolishian, 1998), pois vive-se, uns com os outros, vidas narradas (Pearce, 1996). Assim, o conceito de *self* deixa de ser vinculado a uma essência fundamental inerente à condição humana (Goolishian & Anderson, 1994, citados em Grandesso, 2000), que é central, interna, estável, única, independente e autocontida, para ser compreendida, conforme a ótica pós-moderna da complexidade, como um processo em aberto e em constante desenvolvimento, construído nos espaços relacionais intersubjetivos, através das narrativas continuamente construídas e sempre em mudança. Neste sentido, o *self* ou identidade pessoal não pode ser alcançado nem se mantém o tempo todo numa mesma coerência que permita denotar autenticidade ou artificialidade às ações, mas apresenta um caráter pluralista, social e histórico, sendo circunstancial e espacialmente construído,

constituindo o sujeito dentro de seu contexto, com suas práticas responsivas e constitutivas da linguagem. O *self*, então, emerge constantemente da contínua e criativa produção de significados através da ação e linguagem, expressos nas histórias narrativas co-criadas nas conversações, as quais são realizadas nos vínculos sociais (Grandesso, 2000). Dessa forma, “narrativas sempre abertas para mudança constroem nosso *self* a partir das ‘histórias de nosso passado narrado e nos múltiplos contextos de nossas construções narrativas’” (Goolishian & Anderson, 1994, citados em Grandesso, 2000, p. 214).

Portanto, entendendo-se que o *self* é construído nos relacionamentos, estar em relação precede à individualidade. Uma vez que o *self* encontra-se em constante reconstrução e transformação, de acordo com as narrativas dos antecedentes da vida pessoal e das práticas realizadas nos contextos em que a pessoa se insere; é possível que se manifeste não apenas um, mas uma diversidade de *selves*, de modo que a natureza humana apresenta-se essencialmente desconhecida, já que não se pode defini-la ou capturá-la nos discursos, em constante renovação. Assim, as narrativas constituintes das subjetividades não são capazes de dizer “quem são” os sujeitos, mas apenas quem “estão sendo” ou quem “podem vir a ser” (Grandesso, 2000).

Os seres humanos sempre contam histórias entre si e escutam aquilo que os outros lhes contam, compreendendo o que são e quem são com base nas narrativas que se relatam mutuamente. Neste sentido, são co-autores de uma narrativa que se modifica constantemente e se transforma em suas identidades, seus si mesmos, e, enquanto tal, encontram-se desde sempre imersos na história de seus passados narrados e nos mais variados contextos de suas construções narrativas (Goolishian & Anderson, 1996).

Capítulo 3

TRANSGERACIONALIDADE: “DES-ENCONTRO” DE GERAÇÕES

“Aquilo que herdaste de teus pais,
conquista-o para fazê-lo teu”.
(Goethe)

Uma vez que não apenas as narrativas construídas no momento presente, mas também aquelas geradas no passado e transmitidas por entre as gerações refletem na vida familiar, do sujeito e na formação pessoal deste, torna-se importante considerar o fenômeno da transgeracionalidade, já que se refere a um processo influenciador da constituição da subjetividade de cada membro familiar, bem como da dinâmica presente entre estes e a família.

Atualmente diversos estudiosos afirmam a importância do estudo da transmissão psíquica entre gerações (Henriques & Gomes, 2005), pois consideram que partindo dessa ótica, pode-se fazer uma leitura diferenciada, que não se limite apenas à observação do sujeito e seu contexto, mas busque uma visão mais ampla e completa, ainda que mais complexa, que insira uma leitura histórico-familiar (Ribeiro, 2007). Tais estudos corroboram com a idéia de que o sujeito se constitui, bem como a sua subjetividade, no espaço intersubjetivo, “e mais precisamente, no espaço e no tempo da geração, do familiar e do grupal, ali onde exatamente (...) ‘o Eu pode vir a ser’, ou tem dificuldade de constituir-se” (Kaes, 1998, citado em Henriques & Gomes, 2005, p. 184). Também a partir dessa visão, observa-se que a subjetividade individual e a participação da intersubjetividade, principalmente familiar, entrelaçam-se na formação do destino pessoal do sujeito (Ribeiro, 2007).

O termo geração pode apreender os mais diversos significados, como o próprio sentido ativo da palavra (ação de gerar, produzir); a acepção genealógica em que o conceito ganha a idéia de filiação ou grau de filiação a partir de um ancestral comum; a noção que

relaciona geração ao período da vida; a concepção histórica e sociológica do termo, na qual o mesmo refere-se a um grupo de pessoas nascidas em épocas próximas, compartilhando cultura e experiências históricas (Schmidt, 2007); ou, ainda, a acepção que traz uma perspectiva psicológica, sendo o conceito compreendido como “expressão coletiva e o reflexo de estágios de mudança no desenvolvimento da personalidade, no comportamento e nos valores, em um grupo etário num período de tempo específico” (Guardo, 1982, citado em Schmidt, 2007, p. 53).

Considerando-se fundamentalmente o sentido vinculado a idéia de filiação, nota-se que a família constitui um ambiente propício e inevitável de encontros e interações inter e intrageracionais, as quais podem ser constantes e ocorrer de forma simultânea. Nestas inter-relações familiares concretiza-se o fenômeno da transgeracionalidade, o qual se formaliza pela transmissão da cultura familiar, isto é, valores, saberes e atitudes que possibilitam o processo de construção da realidade no curso vital de várias gerações (Macedo, 1994, citado em Garcia, 2007; Silveira, 2007). Este fenômeno caracteriza-se pela bidirecionalidade, uma vez que as trocas intersubjetivas na família oferecem possibilidades de desenvolvimento para todos os membros envolvidos (Szymanski, 2004, citado em Garcia, 2007; Silveira, 2007). Além disso, os conteúdos culturais transmitidos das gerações passadas às mais jovens não permanecem intactos e imutáveis com o passar dos tempos, pois a influência das condições histórico-culturais do período vivenciado pelas novas gerações pode levar a modificação de alguns dos conteúdos culturais transmitidos pelas gerações anteriores, de modo que, para Falcke e Wagner (2005, citados em Garcia, 2007), os valores presentes na família podem ser perpassados por temas historicamente avaliados como relevantes para a mesma, ou incluídos devido a novos temas em razão dos avanços sociais. Neste sentido, Benincá e Gomes (1998, citados em Garcia, 2007; Silveira, 2007) afirmam que as gerações apresentam características particulares que as identificam como distintas das anteriores e possivelmente das seguintes,

sendo que, para Garcia (2007, citado em Silveira, 2007), a partir da herança cultural, interações familiares e em demais contextos, os sujeitos criam seus entendimentos sobre a realidade e suas ações no ambiente.

Segundo Falcke e Wagner (2005, citados em Ribeiro, 2007), a transgeracionalidade representa a força da família em se perpetuar pelo uso de seus legados, transmitidos de geração em geração, ou, ainda, diz respeito aos modelos que perpassam a história familiar por entre as gerações, mesmo que os membros participantes não percebam, os quais se constituem por valores, crenças, lealdades, legados, mitos e ritos (Falcke & Wagner, 2005, citados em Garcia, 2007).

De fato, numa perspectiva pós-moderna, a transgeracionalidade é considerada como um fenômeno de transmissão de metáforas que se dá entre as consecutivas gerações, sendo essas narrativas entendidas como uma explicação que, para o momento em que foram criadas, denotavam algum sentido. Esta visão é extremamente importante, uma vez que não inutiliza a influência gerada pelos conteúdos transmitidos à constituição da subjetividade individual dos membros familiares, nem mesmo nega o próprio fenômeno da transmissão psíquica entre gerações, mas apenas colabora com a idéia de que os sentidos são construídos continuamente, a cada momento, no processo de conversação dialógica. Dessa forma, pode-se entender que tais metáforas narrativas são constantemente reconstruídas e reelaboradas em seus novos sentidos, ganhando novas configurações a cada momento em que são contadas e recontadas nas conversações dialógicas que se dão entre as diferentes gerações familiares. Assim, considera-se que o fenômeno é bidirecional porque há a participação das novas gerações envolvidas, na reconstrução das narrativas, de modo que se abre espaço para a possibilidade de mudanças, não sendo necessário, inevitavelmente, manter-se preso à única possibilidade: a de repetição. O fenômeno da transgeracionalidade, apresenta-se tão forte que mantém, de fato, o poder de estar presente, contribuir e influenciar na constituição da subjetividade individual e

formação pessoal do sujeito, porém, de acordo com Pires (2003), não obstaculiza o desenvolvimento de uma vida singular, não impedindo as gerações e seus membros de significarem suas histórias e, assim, saírem da repetição para a construção de uma nova vida. Neste sentido, Schmidt (2007, p. 59) contribui, ao considerar que

o que é realmente contemporâneo, o que é típico da experiência que o sujeito tem do mundo no qual vive hoje, é a transformação das próprias condições da transmissão, o que significa a transformação da própria maneira com a qual se estabelece, por ocasião e durante as transmissões, o equilíbrio entre continuidade e descontinuidade, entre conservação e alteração, reprodução e transformação.

Para Rosenblatt (1994, citado em Grandesso, 2000), a metáfora caracteriza-se quando palavras normalmente utilizadas para um dado objeto ou idéia, são atribuídas a outros, incomuns, sugerindo uma semelhança ou analogia entre eles. Seu significado original refere-se à transferência, sendo que sua qualidade de transportar o significado de um contexto a outro ocorre de forma implícita, de modo constitutivo do sentido, à medida que o significado transferido por palavras metafóricas para algo novo não se encontrava aplicado a este algo, até a associação pelo uso metafórico. Neste sentido Grandesso (2000) acrescenta que, por ser um processo implícito, corre-se o risco de reificar o conceito metafórico ao novo domínio, passando-se a considerar as metáforas como uma representação da realidade, e não mais como resultado de um ato de criação. Assim, continua, defendendo a idéia de que toda a compreensão do ser humano é estruturada pelas metáforas que este utiliza, de modo que compreender abrange comparar o desconhecido com o conhecido, o não-familiar com o familiar (Grandesso, 1996, citada em Grandesso, 2000). As narrativas metafóricas, então, constroem um campo de sentidos, e nas transmissões psíquicas intergeracionais apresentam-se

fluidas e temporais, possibilitando a co-evolução, co-criação e co-participação, e permitindo que a conversação se abra para novos significados, mais libertadores.

Na família, segundo Brandão (1984, citado em Garcia, 2007), os conteúdos transgeracionais são transmitidos através do discurso ou por meio de comportamentos, que um ou mais membros realiza para outros que vêem, entendem, imitam e aprendem pela sabedoria de fazer a coisa. Neste sentido, o processo educativo nas famílias torna-se uma das principais formas de transmissão da cultura transgeracional, e engloba tanto aspectos conscientes, planejados e idealizados pelos pais, quanto outros, subjetivos, imperceptíveis e muitas vezes inconscientes, como é o caso das regras, mitos, ritos, valores, segredos, lealdades, crenças e legados que são transmitidos de uma geração familiar passada à procedente (Wagner, Grzybowski & Silveira, 2003). Tais fatores, apesar de importantes por aparecerem constantemente na literatura relativa à transgeracionalidade, são de difícil definição, e costumam ser conceituados, conforme Falcke e Wagner (2005, citados em Ribeiro, 2007, p. 12), como:

- Lealdades: forças que tornam o sujeito um membro efetivo do grupo e lhe exigem, em troca, o compromisso de cumprir os mandatos do sistema;
- Valores: aspectos que a família ou o grupo se preocupam em transmitir aos seus descendentes;
- Crenças: conjunto de pressupostos em relação ao que é certo ou errado e que, em função disso, deve ser incorporado pela família ou não;
- Mitos: sistemas explicativos de aspectos da vida que, conscientemente, são difíceis de serem compreendidos ou aceitos;

- Segredos: atitudes de esconder fatos ou sentimentos que não correspondem aos padrões familiares e sociais ou que dizem respeito à privacidade do sujeito;
- Ritos ou rituais: cerimônias com regras determinadas que têm como função transmitir os mitos familiares e ensinar os membros sobre valores, atitudes e comportamentos;
- Legados: fenômenos que revelam às gerações seguintes os principais aspectos da família atual e o que se espera que tenha continuidade.

Estas transmissões psíquicas entre as gerações familiares correspondem a processos naturais e inevitáveis, sendo que, de acordo com Elkaim (2000, citada em Filomeno, 2003), ainda que cada família apresente modos particulares e específicos para transmitir e elaborar seus modelos, todas o fazem, mesmo aquelas que cuidam para não o fazer. São os aspectos passados de geração em geração que concedem identidade à família e, paradoxalmente, explicam as diferenciações e funcionamento familiar da geração mais recente (Ribeiro, 2007). Assim, pode ocorrer a reprodução exata ou camuflada do modelo da família de origem, geralmente sem que haja percepção, ou, ainda, a negação do mesmo e a busca por modelos alternativos ou estritamente opostos àquele. Contudo, em qualquer dos casos ocorre transmissão cultural, sendo que na opção pelo anti-modelo, há provavelmente uma busca reflexiva da última geração pela não-reprodução dos aspectos considerados negativos ao bem estar da geração precedente, fato que demonstra que, mesmo neste caso, a adoção do anti-modelo é tão forte quanto a do próprio modelo, pois ambas utilizam-no como ponto de referência (Cervený, 2000). Além disso, conforme Garcia (2007), é parte integrante da história social das famílias e das mudanças das expectativas sobre os papéis desempenhados por seus membros, a tentativa de modificação dos modelos utilizados pelas famílias de

origem, bem como a busca por modelos opostos. Quanto a isso, Bornholdt e Wagner (2005, citados em Garcia, 2007, pp. 19-20) apontam que

A integração da criança na família envolve o ensino de habilidades sociais e a transmissão de normas culturais. Este é um processo que, gradualmente, leva os progenitores a olharem para si e a partir de suas vivências anteriores, buscarem modelos (ou antimodelos) em como exercer a parentalidade. Esse olhar pode representar a espera de que o filho tenha oportunidades, no mínimo iguais, ou, em algumas ocasiões, exatamente opostas às suas vivências em épocas anteriores. Neste sentido, esse é um momento que a evolução da vida favorece um encontro com o passado.

Bowen (1978, citado em Filomeno, 2003, pp. 36-37), do mesmo modo, exibe suas contribuições propondo que

As famílias tendem a se repetir e o que sucedeu numa geração tenderá a aparecer nas gerações subsequentes, ainda que de forma diferente. (...) os modelos interacionais e vinculares em uma geração podem fornecer modelos implícitos para o funcionamento familiar na geração posterior. Modelos interacionais e vinculares, no sentido de relação e vínculo. Pessoas que convivem num mesmo espaço, se relacionam e criam um vínculo, mantendo relações significativas. Relações significativas são as relações de interdependência entre os vários subsistemas da família. As relações podem continuar sendo significativas mesmo sem conviver no mesmo espaço, estas perpetuam-se através dos mitos (...).

Esses mitos, citados por Bowen (1978), correspondem a realidades complexas; relatos ou histórias que incluem crenças partilhadas entre os membros familiares e que falam

de seus papéis e atribuições em suas trocas mútuas, sendo transmitido por entre as gerações. Refere-se a um conjunto de signos que pelo uso da linguagem permitem ao homem compreender a si mesmo ao vincular-se a sua realidade e história pessoal, uma vez que toda narrativa, desde a dos antepassados, resulta da interação do homem com este conjunto de signos, por vezes que o mito não implica apenas a maneira de narrar uma história, mas também a incorporação desta. Assim, os mitos são uma reconstrução contínua, que favorece a diferença ao necessitar das várias versões individuais, estando aberto a modificações no decorrer do tempo. São transmitidos inconscientemente por discursos nos quais as atitudes declaram o que as palavras não dizem, de modo que se encontram marcados por segredos, tabus e não-ditos que geralmente mantêm-se latentes por algumas gerações, ainda que incitem sua existência para as gerações posteriores (Henriques & Gomes, 2005).

Quanto aos não-ditos, Rosa (2001, citada em Gomes, 2005; Henriques & Gomes, 2005) declara que freqüentemente a escolha da família em não falar sobre o passado sustenta-se por crenças de que é possível construir um futuro desvinculado do mesmo, o qual, por ser doloroso, deve ser esquecido e não revelado às gerações procedentes, a fim de evitar traumas. Da mesma forma, acredita-se que só o que é dito é transmitido, de modo que demonstrar uma história de vida harmoniosa sugere bons exemplos que conspiram para um futuro feliz para as jovens gerações. Assim, a autora continua, confirmando que mesmo apesar do não-dito a transmissão acontece, pois o dito traz também a enunciação de que, junto à palavra recusada, há aquilo que não se quer dizer (Rosa, 2001). Aquilo que é falado e que encobre o não dito abre margem à movimentação de uma cadeia de significantes, permitindo que se produzam novos sentidos, pois é junto à falta destes, e pela necessidade de supri-la, que se constrói o palpite do que será a história de cada um. Calar pode ser condição para que o sujeito se mantenha conectado ao grupo familiar, ainda que os fatos existam enquanto pedem sentido (Rosa, 2001).

Nota-se que todos os conteúdos, transmitidos de uma forma ou de outra pelo fenômeno da transgeracionalidade, interferem e influenciam nas histórias pessoais e constituição de cada membro familiar, pois mesmo adquirindo novos sentidos, sendo reapropriados e reinterpretados pelos mesmos, estes tem um grande poder de participação em suas narrativas, contribuindo com novos signos e sentidos que trazem junto a si, os quais, de um modo ou de outro, irão inserir-se e permear as novas narrativas construídas por tais sujeitos e, conseqüentemente, fazer parte de sua formação, influenciando suas experiências, suas relações com o mundo e a imagem que formam deste e de si mesmos.

Para que o fenômeno da transgeracionalidade aconteça, basta que o inevitável ocorra: o encontro entre gerações. Este permite o diálogo intergeracional que, por sua vez, possibilita o saudável relacionamento e integração entre as diferentes gerações, sendo importante pois, segundo Both (1995, citado em Schmidt, 2007, p. 56).

(...) o diálogo intergeracional é condição principal para a autonomia dos interlocutores (...) o diálogo primeiro das gerações trás o benefício da melhoria da consciência comunitária, da consciência pessoal dos narradores da cultura e dos mais jovens que se descobrem na revelação do universo existencial do passado.

Os relacionamentos interpessoais, e, mais especificamente, as relações estabelecidas no ambiente familiar, desenvolvem no ser humano a capacidade de participação social e, simultaneamente, exigem que diferentes papéis sejam por ele assumidos, uma vez que há, comumente, expectativas sobre o que se espera de cada membro, de modo que estes respondem grande parte das vezes incorporando e identificando-se aos papéis que devem exercer (Marques, 1983). Esses, por sua vez, correspondem a um conjunto de atividades e relações esperadas de uma pessoa que ocupa certa posição social e de outros em relação a ela (Bronfenbrenner, 1979, citado em Garcia, 2007), e desenvolvem-se sempre

complementarmente (Foley, 1990), de modo que para serem bem atuados, torna-se necessário, primeiramente, reconhecer e compreender os papéis assumidos pelos demais, seja em relação à própria pessoa ou aos grupos de que essas pessoas participam (Marques, 1983). Ainda neste sentido, a aquisição de determinado papel social inclui aspectos emocionais e empáticos, mas também a uso do intelecto na definição das circunstâncias em termos de reciprocidade, direitos, deveres e perspectivas de desempenho, considerando-se a dinâmica específica de cada situação. Se os sujeitos reagem não somente ao que os outros fazem, mas igualmente ao que entendem que pensam, percebem e sentem - isto é, à forma como compreendem a situação e aqueles com quem se relacionam diante os sentidos que constroem durante o investimento interativo na relação -, então, do mesmo modo, tais fatores são primordiais para entender o significado daquilo que eles próprios fazem, ou seja, o papel que representam, dada uma situação de inter-relacionamento (Marques, 1983).

O modo como a dinâmica das interações familiares é configurada, dita os papéis que se deseja que sejam desenvolvidos, e é também certamente influenciada pela força com que historicamente mostra-se que estas relações vêm sendo desenvolvidas, conforme demonstra o fenômeno transgeracional. Assim, colocados à mesa os papéis desejados, resta apenas que se decida o que cada qual deverá incorporar, ou, ainda, cabe recorrer às singularidades que cada família apresenta, pois ainda que a transmissão intergeracional seja inevitável, felizmente sempre existe a possibilidade de se reescrever a história, uma vez que o sujeito é ativo em seus processos. Neste sentido, relembra-se a importância deste na construção da história familiar, tanto quanto na de seu percurso individual, enfatizando-se que, ao contrário do indivíduo, o sujeito se define por sua capacidade pensante ativa. Transcendendo a noção de indivíduo, que se relaciona à singularidade de cada membro de uma determinada espécie, sendo considerado uma amostra de uma espécie mais ampla; a noção de sujeito remete à idéia da autonomia, da auto-referência e da intencionalidade (Bruner, 1997, citado em Madureira &

Branco, 2005). Dessa forma, ainda que a noção de sujeito não esteja vinculada a uma liberdade absoluta, mas sim a uma autonomia relativa e possível apenas mediante a interdependência ecológica (Morin, 1990, 1996, citado em Madureira & Branco, 2005), torna-se relevante considerá-lo devido à expressão presente que assume dentro dos processos dialógicos, posicionando-se de modo ativo não apenas nas produções pessoais, mas também nas sociais.

CONCLUSÃO

Ao se refletir sobre o conteúdo do trabalho é possível perceber que o caráter de complexidade – não como sinônimo de uma dificuldade de compreensão, mas enquanto um modo de entender a realidade que inclui características de desordem, contradição, pluralidade, recursividade, singularidade, indivisibilidade e historicidade (Martínez, 2005) – fortemente emergente nas concepções da ciência contemporânea, tem influenciado significativamente os modos de compreensão de todos os fenômenos e esferas da vida, possibilitando um olhar inovador frente aos acontecimentos e abrindo caminho para novos questionamentos e contínuos avanços. Assim, também no campo das ciências humanas e sociais, o paradigma da complexidade tem demonstrado seus impactos em questões que dizem respeito ao sujeito, à família e mesmo à sociedade.

Observa-se que muitas mudanças ocorreram na família desde os tempos antigos até a época atual, modificando suas características e permitindo-lhe apresentar-se sob uma diversidade flexível de arranjos, os quais dificultam sua definição e impossibilitam seu enquadramento em um modelo universal. Estas constantes mudanças afetam os membros familiares e as relações que se desenvolvem no interior da família, ocorrendo na medida em que acontecem as transformações da sociedade, uma vez que a organização familiar varia conforme a época, cultura e condições sociais. Assim, a busca pela definição do conceito de família e de seu modelo passa ao segundo plano, tornando-se importante, de fato, compreender as diferentes relações familiares constituídas a partir das transformações sociais, de que forma elas se estabeleceram e como influenciam na construção das subjetividades individuais de seus membros e na definição de seus papéis. Neste sentido, torna-se possível verificar a influência das subjetividades sociais na subjetividade da família e, conseqüentemente, nas subjetividades individuais dos sujeitos que a compõem.

Por outro lado, percebe-se que o complexo fenômeno da subjetividade apresenta um caráter recursivo e circular, de modo que também as subjetividades individuais dos componentes familiares, influenciam a subjetividade social da família que estes constituem, a qual, por sua vez, promove a construção de subjetividades sociais condizentes a ela, como a cultura. Dessa forma, a subjetividade constitui-se como um fenômeno social e individual simultaneamente, encontrando-se em processo de constante construção e reconstrução. Neste sentido, nota-se a importância de estudar o contexto a fim de compreender melhor os sujeitos nele inserido; seja este contexto mais restrito, como a família, ou mais amplo, como a sociedade e sua cultura. Assim, verifica-se que um estudo sobre a pós-modernidade e suas características peculiares poderia ser bastante enriquecedor ao trabalho realizado.

A ênfase dada à subjetividade num paradigma de ciência emergente e inovador, finalmente permite à literatura voltar-se para o caráter participativo e o posicionamento ativo do sujeito em seus processos, apontando a família e o contexto como mediadores e influenciadores, que contribuem, porém não determinam tais processos. O sujeito é produzido pelo meio, ao mesmo tempo em que também o produz, bem como a sua história, através da sua singularidade. Considera-se, portanto, que a construção do sujeito é efetivada nas relações e no coletivo, de modo que a família, enquanto primeiro grupo social do qual a criança participa, é vista com grande importância por influenciar significativamente em sua formação pessoal e na constituição de sua subjetividade. Esta instituição é valorizada por representar o contexto primordial no qual o sujeito se desenvolve, auxiliando e influenciando na formação de sua individuação, identidade pessoal, socialização e humanização. Além disso, a família favorece as trocas relacionais, o vínculo e a comunicação com sua possibilidade de expressão dos sentimentos, fato que enfatiza a importância de se estudá-la a fim de conhecer o sujeito nela inserido, uma vez que a comunicação verbal ou não verbal é um dos fatores principais

para a construção da subjetividade (Rey, 1995, 1997, citado em Peres, 2005) e expressão da mesma (Moreno, 1983, citado em Peres, 2005).

A comunicação - enquanto fenômeno que ultrapassa a simples transmissão de informações, englobando valores e investimentos afetivos -, é considerada um processo circular e recursivo marcado pela complexidade dos sujeitos comunicantes. Ela define os relacionamentos e estabelece um jogo de relações no qual todas as pessoas que interagem participam ativamente do processo, buscando definir-se enquanto sujeitos que possuem identidade, valores, expectativas e desejos próprios. Neste sentido, entende-se que é no espaço intersubjetivo da comunicação que os sujeitos se constituem, através da contínua e dinâmica produção de significações e sentidos. Estes sentidos são produzidos de forma única e singular a cada sujeito, pois se constroem a partir de suas histórias, mas também com base nos sentidos que aparecem no decorrer de suas ações, nas quais o sujeito se posiciona de forma ativa. Assim, é no dinâmico e incessante processo dialógico que o sujeito constrói seu conhecimento, sua realidade e seu *self*, a partir das diferentes narrativas que conta e que lhes são contadas. Demonstra-se então que tal fenômeno influencia profundamente o sujeito, pois aponta para uma natureza humana essencialmente desconhecida, que não pode ser capturada em qualquer discurso, nem permite dizer quem somos, já que revela um *self* em constante transformação e reconstrução. O impacto produz-se sobre a idéia de que o *self* ou identidade não mais é visto como uma essência alcançada, interna, estável, única e independente, mas sim, passa a ser considerado um processo em aberto, continuamente construído e reconstruído no espaço relacional, por meio das narrativas dialógicas. Dessa forma, o fenômeno dialógico ganha grande importância, já que as narrativas que constroem as subjetividades dos sujeitos podem, no máximo, descrever quem os mesmos “estão sendo” ou “podem vir a ser” dentro de seus contextos, mas jamais defini-los em uma essência natural, uma vez que se pode ter vários *selves* (Grandesso, 2000).

Além disso, considerando-se o processo comunicativo de um modo mais amplo, que englobe não apenas as interações intra-familiares mas também aquelas efetivadas entre as gerações da família, através do fenômeno da transgeracionalidade, percebe-se a forte influência e presença com que este último atua na vida dos sujeitos e na definição de seus papéis. Contudo, ressalva-se que o mesmo não é determinante na vida de tais sujeitos ou da família, pois à medida que as narrativas são transmitidas entre as gerações familiares, são também re-apropriadas, re-criadas e re-interpretadas no espaço intercambial do diálogo, pelo uso da linguagem entre seus comunicantes, de modo que constantemente novos sentidos e significações são dados a elas. Dessa forma, cada sujeito é capaz de reescrever sua história, e conjuntamente redirecionar a história da família, pois embora tendam, talvez, a repetir os acontecimentos, possuem plena capacidade para modificá-los, participando ativamente na formação dos caminhos a serem trilhados. Assim, enfatiza-se a possibilidade de escolhas e a liberdade e não previsibilidade no direcionamento dos acontecimentos, tornando-se relevante a noção de sujeito definida por seu caráter pensante e ativo, que não esvazia suas expressões e posicionamentos frente aos acontecimentos.

Através do estudo da família, de suas transformações e importância para a formação do sujeito; do processo comunicativo e do fenômeno transgeracional, buscou-se compreender o sujeito e a família, para que, somente então, diante a perspectiva da complexidade, fosse possível entendê-los em sua relação, bem como a forma como esta se estabelece, a fim de esclarecer de que maneira essas duas importantes categorias encontram-se interligadas, compostas e necessárias uma a outra. Neste sentido, foi enfaticamente perceptível que ambas as categorias não se relacionam de forma determinante e plenamente responsável pelas formações e construções recíprocas, pois cada qual, de algum modo, mantém presente sua singularidade atuante. Entretanto, demonstrou-se inegável que ambas mantêm uma conexão

que as apontam como extremamente importantes e indispensáveis em suas constituições mútuas.

Por fim, considera-se que a proposta de estudar e refletir sobre a relação entre a família e seus membros num sentido bidirecional não foi plenamente atingida, havendo uma tendência maior a retratar a importância e influências da família para o sujeito, falando-se relativamente pouco dessa relação no sentido contrário. Contudo, justifica-se tal fato pela própria limitação dos sistêmicos, os quais não possuem uma teoria do sujeito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Andersen, T. (1998). Reflexões sobre a Reflexão com as Famílias. In: McNamee, S. & Gergen, K. J. *A Terapia Como Construção Social*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Bilac, E. D. (2000). Família: Algumas inquietações. In: Carvalho, M. do C. B. (Org.). *A Família Contemporânea em Debate*. 3ª edição. São Paulo: EDUC/Cortez.
- Borelli, V. (2005). “É Impossível Não Comunicar”: reflexões sobre os fundamentos de uma nova comunicação. *Diálogos Possíveis*. 4, 2, ago./dez., 71-84.
- Carvalho, M. do C. B. (2000). O Lugar da Família na Política Social. In: Carvalho, M. do C. B. (Org.). *A Família Contemporânea em Debate*. 3ª edição. São Paulo: EDUC/Cortez.
- Cervený, C. M. de O. (2000). *A Família como Modelo: desconstruindo a patologia*. Campinas: Editora Livro Pleno.
- Consoni, G. B. (2008). A Possibilidade da Construção de Relacionamentos Sociais Através das Interações nos Espaços de Comentários dos Blogs. In: XXXI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Natal-RN.
- Diniz, C. F. N. (2007). *As Narrativas do Jovem e sua Família: Tecendo redes entre a terapia familiar sistêmica e a orientação profissional*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Católica de Minas Gerais.

Elkaim, M. (1998). *Panorama das terapias familiares* (vol. 1). São Paulo: Summus.

Filomeno, K. (2003). *Mitos Familiares e Escolha Profissional: Uma proposta de intervenção focada na escolha profissional à luz de conceitos da teoria sistêmica*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Universidade Federal de Santa Catarina.

Foley, V. D. (1990). *Introdução à Terapia Familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Fruggeri, L. (1998). O Processo Terapêutico Como Construção Social da Mudança. In: McNamee, S. & Gergen, K. J. *A Terapia Como Construção Social*. Porto Alegre: Artes Médicas.

Furtado, S. C. (2003). A Família e a Educação para a Individualidade na Sociedade Moderna. Disponível em: <http://www.jungpsique.com.br/textos/doc/familiaeeducacao.doc>. Acesso em: 18 jul. 2008.

Garcia, N. M. (2007). *Educação nas Famílias de Pescadores Artesanais: Transmissão geracional e processo de resiliência*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental. Fundação Universidade Federal do Rio Grande.

Gomes, I. C. (2005). Transmissão Psíquica Transgeracional e Violência Conjugal: Um relato de caso. *Boletim de Psicologia*. 60, 123, 177-188.

- González Rey, F. L. (2003). *Sujeito e Subjetividade: uma aproximação histórico-cultural*. 1ª Edição. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- González Rey, F. L. (2004). *Personalidade, Saúde e Modo de Vida*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- González Rey, F. L. (2005). O Valor Heurístico da Subjetividade na Investigação Psicológica. In: González Rey, F. L. (Org.). *Subjetividade, Complexidade e Pesquisa em Psicologia*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- González Rey, F. L. (2007). *Psicoterapia, Subjetividade e Pós-Modernidade: Uma aproximação histórico-cultural*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.
- Goolishian, H. A. & Anderson, H. (1996). Narrativa e Self: Alguns dilemmas pós-modernos da psicoterapia. In: Schnitman, D. F. (Org.). *Novos Paradigmas, Cultura e Subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Goolishian, H. A. & Anderson, H. (1998). O Cliente é o Especialista: A abordagem terapêutica do não-saber. In: McNamee, S. & Gergen, K. J. *A Terapia Como Construção Social*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Grandesso, M. A. (2000). *Sobre a Reconstrução do Significado: Uma análise epistemológica e hermenêutica da prática clínica*. São Paulo: Casa do Psicólogo.

- Henriques, M. I. G. & Gomes, I. C. (2005). Mito Familiar e Transmissão Psíquica: Uma reflexão temática de forma lúdica. *Psychê*, 9, 16, jul./dez., 183-196.
- Hoffman, L. (1998). Uma Postura Reflexiva para a Terapia de Família. In: McNamee, S. & Gergen, K. J. *A Terapia Como Construção Social*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Jones, E. (1999). *Terapia dos Sistemas Familiares: Desenvolvimentos nas terapias sistêmicas da escola de Milão*. 1ª edição. Lisboa: Climepsi editores.
- Madureira, A. F. do A & Branco, A. U. (2005). A Noção de Sujeito na Ciência Psicológica: Linguagem e constituição da subjetividade em discussão. In: González Rey, F. L. (Org.). *Subjetividade, Complexidade e Pesquisa em Psicologia*. São Paulo: Pioneira Thomson Learnig.
- Maheirie, K. (2002). Constituição do Sujeito, Subjetividade e Identidade. *Interações*, 7, 13, 1-11.
- Marques, J. C. (1983). *Ensinando para o Desenvolvimento Pessoal: Psicologia das relações interpessoais*. Petrópolis: Vozes.
- Martínez, A. M. (2005). A Teoria da Subjetividade de González Rey: Uma expressão do paradigma da complexidade na psicologia. In: González Rey, F. L. (Org.). *Subjetividade, Complexidade e Pesquisa em Psicologia*. São Paulo: Pioneira Thomson Learnig.

- Mello, S. L. (2000). Família: Perspectiva teórica e observação factual. In: Carvalho, M. do C. B. (Org.). *A Família Contemporânea em Debate*. 3ª edição. São Paulo: EDUC/Cortez.
- Minuchin, S. (1982). *Famílias: funcionamento e tratamento*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Pearce, W. B. (1996). Novos Modelos e Metáforas Comunicacionais: A passagem da teoria à prática, do objetivismo ao construcionismo social e da representação à reflexividade. In: Schnitman, D. F. (Org.). *Novos Paradigmas, Cultura e Subjetividade*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Peres, V. L. A. (2005). O Estudo da Subjetividade na Família: desafios metodológicos. In: González Rey, F. L. (Org.). *Subjetividade, Complexidade e Pesquisa em Psicologia*. São Paulo: Pioneira Thomson Learnig.
- Petrini, J. C. (2005). Mudanças sociais e familiares na atualidade: reflexões à luz da história atual e da sociologia. *Memorandum*, 8, 20-37.
- Pires, A. P. (2003). Uma Introdução ao Conceito de Transgeracionalidade. *Revista Brasileira de Psicoterapia*. 5, 2, 209-215.
- Pratta, E. M. M. & Santos, M. A. (2007). Família e Adolescência: a influência do contexto familiar no desenvolvimento psicológico de seus membros. *Psicologia em Estudo*. 12, 2, maio/ago., 247-256.

- Ribeiro, M. V. M. (2007). *Diferenciação ou Alienação? O Engodo da Loucura: Uma leitura da transmissão psíquica entre gerações no caso Schreber*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura – PsiCC. Universidade de Brasília – UnB.
- Rosa, M. D. (2001). O Não-dito Familiar e a Transmissão da História. *Psychê*. 5, 8, jul./dez., 123-137.
- Sarti, C. A. (2000). Família e Individualidade: Um problema moderno. In: Carvalho, M. do C. B. (Org.). *A Família Contemporânea em Debate*. 3ª edição. São Paulo: EDUC/Cortez.
- Schmidt, C. (2007). *As Relações entre Avós e Netos: Possibilidades co-educativas?*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.
- Silveira, S. de B. A. B. (2007). *O Ambiente Judiciário e as Interações com as Famílias Pobres: Risco ou proteção às relações familiares*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental. Fundação Universidade Federal do Rio Grande.
- Simionato, M. A. W.; Oliveira, R. G. (2003). Funções e transformações da família ao longo da história. In: I Encontro Paranaense de Psicopedagogia – ABPppr.
- Szymanski, H. (2000). Teorias e “Teorias” de Famílias. In: Carvalho, M. do C. B. (Org.). *A Família Contemporânea em Debate*. 3ª edição. São Paulo: EDUC/Cortez.

Vaitsman, J. (1994). *Flexíveis e plurais: identidade casamento e família em circunstâncias pós-modernas*. Rio de Janeiro: Rocco.

Vasconcellos, M. J. E. (1995). *Terapia Familiar Sistêmica: Bases cibernéticas*. Campinas: Editorial Psy.

Wagner, A.; Grzybowski, L. S. & Silveira, L. M. de O. B. (2003). “Estratégias Educativas en La Familia: Uma perspectiva transgeneracional”. *Santiago*. 101, 292-297.

Watzlawick, P.; Beavin, J. H. & Jackson, D. D. (1967). *Pragmática da Comunicação Humana: Um estudo dos padrões, patologias e paradoxos da interação*. São Paulo: Editora Cultrix.